

A CULTURA E A ARTE COMO RECURSO PARA COMBATER A POBREZA:

A experiência do Projeto Jardim de Gente no Grande Bom Jardim, em Fortaleza.

Raquel Santos Honório¹

Resumo: Este estudo objetiva compreender como a cultura e a arte pode ser usada como recurso para o combate à pobreza. Para isto é tomada a experiência do Projeto Jardim de Gente como estudo de caso, um projeto de formação em arte e cultura que acontece no CCBJ, em Fortaleza/CE, financiado pelo FECOP. Entendemos que a política cultural, quando oferece cursos de arte e cultura, pode ser pensada como uma estratégia válida para possibilitar a saída da condição de pobreza. Porém, o Jardim de Gente é uma experiência que precisa ser mais bem sistematizada, formatada e executada para alcançar resultados eficazes.

Palavras-chave: Política Cultural, Formação em Cultura e Arte, Combate à Pobreza.

1. INTRODUÇÃO

Busca-se discutir nesta investigação sobre a formação em arte e cultura como ferramenta de combate à pobreza. O desafio que se coloca é pensar se para além das políticas de habitação, educação, saúde, dentre outras, pode-se tomar as políticas culturais como recurso legítimo de enfrentamento das causas da pobreza. O objeto do estudo é a experiência do Projeto Jardim de Gente, projeto de formação em arte e cultura que acontece no Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), desde 2007, na periferia de Fortaleza, Ceará, e é financiado pelo do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP)². O recorte temporal adotado na avaliação foi o ano de 2012.

O CCBJ se localiza em uma das regiões de menor IDH da cidade de Fortaleza. É também uma área estigmatizada pela violência e ambientalmente muito degradada. E por tudo isso tem sido uma região focada pela política estadual de combate à pobreza no Ceará. O projeto Jardim de Gente tem por objetivo geral “contribuir para o desenvolvimento social e sustentável do Grande Bom Jardim, através de ações de formação voltadas para o fortalecimento da cidadania e a geração de trabalho e renda na área da cultura.”³ Essas formações são oferecidas através de cursos gratuitos para pessoas de todas as idades, em diversas linguagens artísticas, e na área da gestão

¹ Coordenadora de Projetos no Instituto de Arte e Cultura do Ceará. raquelshonorio@gmail.com.

² O FECOP foi instituído pela Lei complementar Nº 37, de 26 de novembro de 2003 e entre os seus objetivos está “promover transformações estruturantes, que possibilitem um efetivo combate à pobreza”.

³ Trecho retirado do Projeto Jardim de Gente 2012.

cultural e tecnologias da informação.⁴ Segundo consta no texto do Projeto Jardim de Gente, nestas ações formativas, o conceito de cultura, é trabalhado nas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica. O projeto prevê, trazendo essas dimensões, levar aos alunos uma nova visão sobre a arte e o mercado de trabalho artístico e cultural, além de fomentar a cidadania desses alunos.

Este estudo teve como objetivo avaliar algumas das estratégias utilizadas pelo Jardim de Gente em suas ações de formação ocorridas em 2012, bem como apontar as contradições e problemáticas que surgem entre o discurso e a prática de execução deste projeto para, por fim, pensar se, olhando para esta experiência, podemos tomar a cultura e a arte como recurso para o combate à pobreza.

Metodologicamente, partiu-se de uma abordagem qualitativa, onde foi utilizada a modalidade de estudo de caso, valendo-se para isto da coleta de dados por meio de pesquisa documental, analisando documentos e relatórios do projeto. Foi feita também a aplicação de questionários com 48 alunos e 18 professores, além de entrevista com os gestores. E por último, coletamos dados através da observação participante, durante todo o ano, acompanhando algumas atividades do projeto, principalmente nas reuniões de construção do Plano Político Pedagógico (PPP) do Jardim de Gente que aconteceram nos meses de novembro e dezembro e nas formações de professores.

Um estudo bibliográfico serviu como pano de fundo para contextualizar algumas questões as quais este projeto remete, os desafios que ele tenta responder e as problemáticas levantadas pela pesquisa. Alguns temas pesquisados foram: a democracia da cultura, a cultura como recurso e a formação/qualificação para o mercado dos bens simbólicos.

2. A EXPERIÊNCIA DO JARDIM DE GENTE

No ano de 2012 o Jardim de Gente ofereceu 5.298 horas/aula distribuídas em oficinas e cursos nas áreas de música, dança, teatro, moda, informática, novas mídias, audiovisual, gestão e produção cultural, artesanato, leitura e literatura, design, artes plásticas e gastronomia, atendendo assim 4.323 alunos, segundo dados dos seus relatórios. Um dos pontos observados em campo, e que na fala dos gestores é uma problemática em relação à prestação de contas, é que esses mais de 4 mil alunos não

⁴ Alguns dos cursos oferecidos são: teatro, dança de rua, design de moda, informática básica, desenvolvimento de jogos digitais, elaboração de projetos culturais, coral, artesanato, fanzine, leitura e literatura, violão e prática de conjunto.

significa 4 mil pessoas diferentes atendidas ao longo do ano, pois boa parte dos alunos fazem dois ou mais cursos no ano; além dos que fazem cursos todos os anos. Para a fonte financiadora, o ideal é que um montante cada vez maior de pessoas passe pelo projeto e saiam da condição de pobreza dali a algum tempo, através das ferramentas (habilidades e competências) adquiridas nos cursos. Porém, os gestores entendem que o Jardim de Gente deve fazer parte de uma fase da vida dos alunos, que eles possam apreender as diversas linguagens, que possam experimentar as sensações e com o tempo aguçar os sentidos para a arte e para a cultura, pois assim, poderão ser verdadeiros consumidores ou produtores de arte, mobilizadores de cultura dentro das suas comunidades. Há então uma desconexão de objetivos e métodos, pois o fundo financiador parece ter uma abordagem divergente da dos gestores do projeto no que se refere à forma de se combater a pobreza. O que os gestores afirmam é que há uma exigência cada vez maior para que seja provado que o projeto pode combater a pobreza no Grande Bom Jardim. E por isso, tem-se caminhado para uma profissionalização dos cursos ofertados, e os gestores tem reunido esforços para se alinhar a discussão recente do mercado da economia criativa.

Sobre os cursos, observou-se que os mesmos não possuem ementas ou carga-horária definidas que sejam construídas por um corpo técnico. Os planos de curso são feitos pelos professores, sem um acompanhamento pedagógico especializado e eles percebem essas deficiências quando observam a necessidade de um “acompanhamento pedagógico continuado” e de “encontros e diálogos com outros professores das mesmas e outras áreas” de modo que possam “elaborar propostas mais transversais, que perpassem pelas linguagens.” Parte dos cursos acaba tendo um caráter mais lúdico e assistencial, conforme relatam os professores, pois muitos alunos não visualizam o campo profissional das áreas que estão desenvolvendo em sala de aula. Outros alunos, conforme consta nos questionários, afirmam quererem cursos que “qualifiquem para o emprego” e “preparem para o vestibular”; em geral, procuram cursos de informática e idiomas. Os professores e gestores questionam que isto é uma subutilização do CCBJ enquanto espaço cultural de criação, difusão e fruição. Esses desencontros entre os objetivos do projeto, o formato dos cursos e a pretensão dos alunos, parece criar uma confusão entre os discursos e as práticas, o que afeta os resultados do projeto e nos faz observar que o mesmo ainda não possui uma linha de atuação definida e objetivos que seja claro para todos os atores envolvidos. O que faz com que não fica claro também a proposta metodológica que o projeto tem no combate à pobreza.

Nas reuniões de construção do Plano Político Pedagógico (PPP), observamos que o desejo dos atores envolvidos é de avançar no sentido de construir, além do PPP, as ementas dos cursos, dando uma estrutura mais fixa, com maior embasamento teórico-metodológico e com carga-horária mínima que garanta de fato uma formação profissional dos jovens, fazendo assim com que os alunos compreendam e valorizem o campo da arte e cultura. A construção do PPP em 2012 já caminhou no sentido de colocar os professores em diálogo, pois foi um momento para pensar o projeto como um todo junto a diversos atores: professores, gestores, alunos e comunidade. Mas o que alguns professores e pessoas da equipe técnica alertam nestas reuniões, é para o fato de o projeto não poder perder a sua dimensão de formação para a cidadania. Alguns compreendem que para a realidade daquela região, uma ação voltada para o estímulo ao exercício da cidadania, é tão ou mais importante que um curso que apenas leva mais rapidamente para o mercado de trabalho.

Outra questão que também é observada pelos gestores e nos encontros do PPP, é o fato de não existir no projeto uma ação direta para a inserção no mercado da economia criativa. O projeto conta com um baixo recurso e uma pequena equipe que limita as possibilidades de ação, conseguindo atender apenas as necessidades básicas de execução dos cursos que são oferecidos. O que se observa é que, após a finalização das oficinas, fica faltando um acompanhamento do aluno, uma assistência continuada, uma ação de inserção no mercado, e também uma avaliação do percurso daquele aluno que possa monitorar o processo de desenvolvimento sócio-profissional do mesmo, de modo a garantir que o projeto possa avaliar se conseguiu alcançar seu objetivo de “fortalecimento da cidadania e geração de trabalho e renda na área da cultura.” As ações de inserção, orientação, acompanhamento e avaliação desses alunos, parece ser o fio condutor que levaria o projeto a alcançar os seus objetivos, alinhados aos do FECOP.

Nesse sentido, algumas ações foram ensaiadas no ano de 2012, na tentativa de profissionalizar os alunos e fomentar o empreendedorismo. Os gestores do projeto buscaram parcerias com entidades de respaldo para dar uma nova dimensão à formação desses jovens, pois, como foi levantado nos encontros da construção do PPP, um dos problemas que se observava é que os alunos estavam muito presos a dimensão do bairro e do Centro Cultural, não visando outros espaços e o campo profissional para o qual aquelas formações poderiam lhes levar.

O Colégio Técnico de Dança (CTD), a Ashoka⁵ e a Universidade Federal do Ceará (UFC), foram entidades com as quais as parcerias foram feitas neste sentido. O CTD trouxe seis professores (ex-alunos do CTD, dançarinos profissionais) para ministrar oficinas pros jovens do curso de Dança de Rua Avançada. Estes professores trouxeram a experiência profissional deles para relatar aos alunos, bem como trabalharam técnicas distintas das que eles vinham desenvolvendo até então, abrindo assim novos campos de estudo.

A Ashoka entrou com uma oficina de empreendedorismo social, onde 15 jovens puderam aprender a elaborar os seus próprios projetos e começar a pensar como produtores e gestores e não apenas como alunos. Eles trabalharam em cima de idéias reais que as turmas tinham e alguns implementaram suas propostas como abrir curso de dança ou montar um oficina de estilismo e moda na escola.

A parceria com a UFC não é recente, começou ainda em 2010 com os cursos de gastronomia. Em 2012 a parceria se estendeu para outros cursos como o de moda, teatro e audiovisual. Nestas linguagens o projeto passou a receber uma orientação técnica de professores tutores da Universidade que orientavam alunos universitários que por sua vez, vinham pra o Grande Bom Jardim ministrar oficinas dentro do Jardim de Gente. Assim, estes cursos passaram a ter uma grade de conteúdos definida e orientada por especialistas das áreas e os professores (alunos das graduações) passavam por uma seleção interna das coordenações de seus cursos. Dá tentativa de qualificar os cursos oferecidos pelo projeto, esta se mostrou uma das mais exitosas: fazer parceria com instituições de ensino superior que possam garantir a qualidade técnica e pedagógica dos cursos ofertados à comunidade.

Visitas à espaços externos ao bairro, também foi outra medida adotada pela gestão do projeto em 2012 no intuito de abrir a visão dos alunos sobre a área de atuação que estavam desenvolvendo nas oficinas. Foram feitas visitas ao Centro de Artesanato do Ceará (Ceart) com os alunos dos cursos de artesanato, ao Canal 10 com os alunos do audiovisual, à apresentação de uma orquestra com os alunos da prática de conjunto. Além disso, foram promovidos workshops sobre políticas de incentivo e captação de recursos.

⁵ A Ashoka é uma organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social, que apoia o trabalho de empreendedores sociais no mundo todo. Tem atuação em mais de 60 países e foi criada na Índia em 1980, pelo norte americano Bill Drayton. No Brasil, além de financiar os empreendedores, atuam com o Programa Geração MudaMundo que leva formação em empreendedorismo social juvenil para diversos estados brasileiros, através de parcerias público e privadas.

No geral, o que observamos é um Jardim de Gente que se encaminha para o sentido de alinhar as propostas do projeto com os debates a cerca da economia criativa. Começa-se a pensar em profissionalização, em inserção no mercado de trabalho do campo da cultura. Mas esses discursos que ganham força, ao mesmo tempo sofrem questionamentos na medida em que não se deve esquecer o lugar onde esta ação tem lugar e o público ao qual ele serve. Um público que antes mesmo de sofrer com a baixa qualificação profissional, se depara cotidianamente com tantos outros problemas sociais. Nesse sentido é preciso cautela para pensar o lugar da cultura enquanto política pública. A seguir veremos o que alguns autores trazem a respeito.

3. ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS

O lugar da política cultural no cenário nacional é algo hoje incontestável. A cultura, não só enquanto identidade, práticas e crenças de povos e regiões, mas também enquanto produto, bens e serviços simbólicos, ferramenta de trabalho, recurso para geração de renda e tantos outros usos feitos hoje do conceito de cultura, nos remete para essa importância e coloca a cultura, principalmente pensada através da arte, num lugar de destaque dentro das políticas públicas.

No aspecto da gestão da política cultural Albino Rubim (2007) levanta a questão da formação, critica “a ausência de uma política consistente de formação de pessoal qualificado para atuar na organização da cultura.” Esta é uma crítica que pode se estender a ausência de políticas para capacitação de mão de obra qualificada para compor o cenário da produção cultural nacional de modo geral, como também e antes mesmo disto, uma formação que vise a “arte pela arte” que pense numa formação que antes de tudo leve às pessoas o entendimento da dimensão cultural da vida e da expressão através da arte.

No que diz respeito ao lugar da política cultural, Isaura Botelho (2001) trás o conceito de “democracia cultural” (contrapondo a ideia de “democratização da cultura”) que se trata de uma democracia passível de ser atingida quando a pessoa consegue, através das políticas públicas de cultura, optar por desenvolver ou não sua própria arte e disseminar sua cultura da forma que achar coerente. Ou seja, consegue deter informações e ferramentas que a permita escolher de que forma vai usufruir da cultura e da arte, dando-lhe inclusive o direito de não gostar de arte, por exemplo. Este entendimento de democracia difere da simples “democratização da cultura”, por

exemplo, quando o Estado dissemina centros culturais, tornando-os próximos a população. Isso não significa, segundo Isaura Botelho, que eles estarão acessíveis ou que serão significativos para estas pessoas. Levando em conta estes conceitos, encaramos aqui ações formativas como as do Jardim de Gente como uma porta de entrada para esta “democracia cultural”.

Nos últimos anos tem se fortalecido o entendimento da cultura enquanto um recurso ou capital social. Para Marta Porto (2007) a cultura é entendida como esse capital e por isso torna-se fator primordial para as políticas de desenvolvimento. A ideia da cultura como recurso não só econômico, mas também para o desenvolvimento social pode servir de fundamentação teórica para compreender a emergência de projetos de formação em arte e cultura como ferramenta de combate à pobreza, pois a promoção da cultura pode ser também um caminho para a inclusão cultural, social e econômica, segundo o entendimento de alguns autores e atores. Loiola e Miguez (2007) reforçam essas ideias afirmando que o potencial da cultura como geradora de riquezas e de empregos não pode ser separado de uma visão ampliada da cultura, como geradora também de riquezas simbólicas. Para eles, não se trata, apenas de perseguir o crescimento econômico por meio do estímulo às atividades ligadas à cultura, mas, principalmente, “de criar as condições propícias ao aumento da diversidade das manifestações culturais, promovendo a inclusão, simultaneamente cultural, social e econômica, de novos e múltiplos agentes criadores.”

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado no acima exposto entendemos que o Projeto Jardim de Gente é uma ação que vem com o propósito de ir além da mera formação, ele busca fomentar a construção de um capital social capaz de promover o desenvolvimento social e econômico no Grande Bom Jardim. A ideia da cultura como recurso não só econômico, mas também para o desenvolvimento social, serve de fundamentação para compreender a importância de um projeto de formação em arte e cultura como este enquanto ferramenta de combate à pobreza.

Com isso, percebemos que os intentos deste projeto são passíveis de se alinharem aos propósitos do FECOP de combater a pobreza estrutural, dotando a população de baixa renda de ferramentas que os possibilite a saída da condição de pobreza. Mas, conforme verificamos, a distância entre o discurso e a prática ainda é

uma dificuldade a ser enfaticamente enfrentada dentro da proposta do projeto. É preciso tentar garantir a “coerência entre o que se diz buscar e as ações postas em prática”, usando as palavras de Lia Calabre (2007). Para esta autora “o grande desafio é o de criar projetos que não sejam desmontados a cada nova administração” e esse é também um dos desafios do Jardim de Gente.

O que avaliamos é que o Jardim de Gente tem obtido êxito mais no sentido de promover a cidadania junto aos seus alunos, possibilitando uma “democracia da cultura”, abrindo espaço para que possam experimentar as diversas linguagens artísticas, descobrir o mundo da cultura e da arte. O passo que precisa ser dado então para a profissionalização e a inserção econômica desses alunos é algo ainda a ser buscado, planejado, experimentado e avaliado. Ações de inserção, acompanhamento profissional e avaliação desses alunos, podem ser vistas como iniciativas que conseguem aproximar o projeto das pretensões do FECOP e inseri-lo dentro da perspectiva da economia criativa.

Este embate entre formar profissionais qualificados para o campo da cultura ou oportunizar para a população de baixa renda a formação em arte como fator de cidadania, talvez consiga achar um caminho de conciliação. As estratégias usadas durante 2012 mostraram algumas possibilidades de enriquecimento das formações sem deixar o lado da formação cidadã, investindo no protagonismo dos jovens e não na mera reprodução de técnicas.

Entendemos que a política cultural voltada para a formação pode ser pensada como uma estratégia válida para a saída de pessoas da condição de pobreza, porém o Jardim de Gente é uma experiência que precisa ser mais bem sistematizada, formatada e executada para poder alcançar resultados reais.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Rubim, Antonio Albino Canelas e Barbalho, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

LOIOLA, Elizabeth; MIGUEZ, Paulo. Sobre cultura e desenvolvimento. In: ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Facom –UFBA), 2007. CD-ROM.

PORTO, Marta. Cultura para a política cultural. In: Rubim, Antonio Albino Canelas e Barbalho, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Caelas e BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.